

Reuna

DINHEIRO NÃO TRAZ FELICIDADE? ALGUMAS REVELAÇÕES DO INDICADOR DE FELICIDADE INTERNA BRUTA

DOESN'T MONEY BRINGS HAPPINESS? SOME REVELATIONS OF GROSS NATIONAL HAPPINESS INDICATOR

Aline Pereira Sales Morel

Universidade Federal de Lavras

Endereço: Departamento de Administração e Economia, Campus Universitário, CEP 37200000 - Lavras, MG – Brasil / Fone: (35) 38295162

Email: alinepereirasales@gmail.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1321077391910444>

Sâmara Borges Macedo

Universidade Federal de Lavras

Endereço: Departamento de Administração e Economia, Campus Universitário, CEP 37200000 - Lavras, MG – Brasil / Fone: (35) 38295162

Email: samaraborgesmacedo@outlook.com.br - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3114322287437588>

Ricardo Braga Veroneze

Universidade Federal de Lavras

Endereço: Departamento de Administração e Economia, Campus Universitário, CEP 37200000 - Lavras, MG – Brasil / Fone: (35) 38295162

Email: rbveroneze@yahoo.com.br - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6893561432705214>

Cassiano de Andrade Ferreira

Universidade Federal de Lavras

Endereço: Departamento de Administração e Economia, Campus Universitário, CEP 37200000 - Lavras, MG – Brasil / Fone: (35) 38295162

Email: cassianoandradeferreira@yahoo.com.br - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6069955035780517>

Américo Pierangeli Costa

Universidade Federal de Lavras

Endereço: Departamento de Administração e Economia, Campus Universitário, CEP 37200000 - Lavras, MG – Brasil / Fone: (35) 38295162

Email: ampierangeli@gmail.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3537105264550978>

Submissão: 19 Jan. 2015, **Aceitação:** 19 Jul. 2015, **Publicação:** 30 Set. 2015. **Sistema de avaliação:** Double blind review. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte - MG, Brasil. Editor geral Prof. Dr. Mário Teixeira Reis Neto.

Este artigo encontra-se disponível no endereço eletrônico:
<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/680>

Resumo

Este estudo objetivou aplicar e discutir uma adaptação do questionário de Felicidade Interna Bruta (FIB), desenvolvido pelo Centro de Estudos do Butão, em uma cidade brasileira de porte médio, a fim de avaliar as diferenças entre os níveis de felicidade dos indivíduos de acordo com aspectos sócio demográficos. Para tanto, optou-se por uma abordagem quantitativa descritiva, sendo aplicados 403 questionários por amostragem probabilística estratificada. Os resultados evidenciaram que os

residentes nas áreas mais nobres da cidade apresentaram níveis de felicidade mais altos do que aqueles indivíduos residentes em locais carentes e com altos índices de violência e criminalidade, trazendo o questionamento sobre o impacto da classe social e da segurança local sobre a felicidade dos indivíduos. Espera-se que esse estudo possa contribuir com uma melhor compreensão do fenômeno estudado e incitar novas reflexões e debates.

Palavras-chave: Dinheiro; Felicidade; Felicidade Interna Bruta.

Abstract

This study aimed to apply and discuss an adaptation of Gross National Happiness (GNH) questionnaire, developed by the Bhutan Studies Center, in a Brazilian medium-sized city in order to evaluate the differences between the levels of happiness of individuals according to demographic aspects partner. For this, we chose a descriptive quantitative approach being applied 403 questionnaires by stratified random sampling. The results showed that residents in prime areas of the city had higher levels of happiness than those individuals who live in poor locations, with high levels of violence and crime, bringing questions about the impact of social class and local security on the happiness of individuals. We expected that this study would contribute to a better understanding of the phenomenon studied and encourage new thinking and discussions.

Keywords: Money; Happiness; Gross National Happiness

1 Introdução

O ser humano, com seu desejo de descobrir o novo e medir tudo o que está ao seu redor, cria e recria com o passar do tempo ideias e práticas. Em meados de 1947, por exemplo, o surgimento do Produto Interno Bruto (PIB) disseminou mundialmente o uso de indicadores econômicos para medir o progresso de um país. Apesar disso, a partir da década de 60, ascende nos Estados Unidos uma nova ideologia, que buscava deslocar o foco de aspectos meramente econômicos para contemplar parâmetros que pudessem aferir o bem estar da população, nasciam os “indicadores sociais”.

Neste contexto, surge, na década de 1970, um novo indicador sistêmico, desenvolvido no reino Butão – um pequeno país localizado na Ásia – com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). O FIB procura medir o progresso da sociedade a partir dos domínios: padrão de vida, educação, saúde, governança, cultura, vitalidade comunitária, resiliência ecológica, uso equilibrado do tempo e bem-estar psicológico. Destarte, este apontador vem se desenvolvendo e sua aplicação tomando proporções mundiais.

O FIB se diferencia de outros indicadores consolidados porque abarca tanto os aspectos de renda (preconizados por indicadores econômicos, como o PIB), assim como a qualidade da educação, o aumento da expectativa de vida e o

desenvolvimento individual das pessoas (preconizados por indicadores sociais, como o IDH). Além disso, o FIB acrescenta o respeito pelo meio ambiente, a diversidade cultural, a espiritualidade, o interesse pelo bem comum e a importância da vida em comunidade. Por isso, pode-se dizer que o FIB é um indicador inovador e abrangente.

No Brasil, já se pode observar as primeiras iniciativas para implantação deste medidor de desenvolvimento por parte da equipe Instituto Visão Futuro, liderada pela monja hinduísta Susan Andrews. Susan já desenvolveu uma versão brasileira do questionário, mas este ainda é aplicado em projetos-piloto no estado de São Paulo (cidades de Angatuba e Itapetininga). Susan Andrews afirmou em uma entrevista à Folha Uol (2010) que “FIB não é meramente um indicador: é também um catalisador de mudança, um processo de mobilização social em prol do bem-estar coletivo e do desenvolvimento sustentável [...] visado o bem-estar de todos”.

Uma vez que o FIB consegue reunir dimensões econômicas e sociais em sua mensuração e, ainda, extrapola sua análise para temas atuais, de relevância mundial, como o cuidado com o meio ambiente (pauta de convenções internacionais como a Eco 92, Protocolo de Kyoto e Rio + 20), acredita-se que a sua aplicação, ou, no mínimo, o seu entendimento, faça-se relevante.

Diante disso, este estudo buscou identificar as diferenças entre os níveis de felicidade da população de Lavras/MG, de acordo com a análise dos aspectos sociodemográficos e premissas propostas pelo FIB. Espera-se, assim, proporcionar uma discussão sobre o uso deste indicador no contexto de cidades de porte médio, além de revelar alguns aspectos sobre a relação entre o bem estar de uma população e as suas características sociodemográficas.

Na próxima seção será apresentada uma contextualização dos principais índices de desenvolvimento econômico e social utilizados pelos países. Em seguida, é feita uma revisão sobre o indicador FIB. Na seção subsequente é feita uma descrição dos procedimentos metodológicos realizados neste estudo sendo, em seguida, discutidos os resultados empíricos encontrados. Na última seção, são feitas considerações finais acerca do trabalho.

2. Índices de Desenvolvimento Econômico e Social

A determinação do nível de desenvolvimento de uma região pode ser feita através da avaliação de um conjunto de características quantitativas e qualitativas, denominadas indicadores. Segundo Herculano (1998), o uso de indicadores auxilia nas comparações entre dois ou mais objetos de estudo, em virtude das informações condensadas, simplificadas e quantificadas que fazem parte de sua composição. Estas informações, por sua vez, podem ser de natureza econômica (quantitativa) ou social (qualitativa).

Os indicadores econômicos são constituídos de dados estatísticos capazes de oferecer uma ideia do estado de uma determinada economia num certo período ou data, sendo passíveis de mudanças e oscilações (SANDRONI, 2001). Já os indicadores sociais são dados construídos com base em observações referentes a aspectos da vida social ou a mudanças nela ocorridas (ORGANIZAÇÃO DAS

NAÇÕES UNIDAS, 1975).

Como indicadores de natureza econômica, têm-se o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Nacional Líquido (PNL). Já como indicadores sociais tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Liberdade Humana (ILH), Índice de Liberdade Política (ILP), Índice de Pobreza Humana (IPH), dentre outros.

A descrença no fato de que o crescimento econômico levaria ao bem estar de toda população começou a emergir a partir da década de 60, fazendo com que diversas organizações mundiais e regionais – como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM), a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Instituto Interamericano de Estatística (ISI) – começassem a criar novos mecanismos de medição, os chamados indicadores sociais (SANTAGADA, 2014; HIRATA, 2003).

No Brasil, apenas a partir de 1964 é que começou a se pensar, em âmbito governamental, um pouco mais no aspecto social. Porém, os resultados não foram tão efetivos por falta de sustentação política (uma vez que, na época, havia uma identificação do controle social através do planejamento social). Desta forma, o uso de indicadores sociais no país como instrumento de planejamento só recebeu atenção a partir de 1975, quando o termo “indicadores sociais” apareceu oficialmente pela primeira vez (SANTAGADA, 2014).

2.1 Produto Interno Bruto e outros indicadores econômicos

Segundo Mankiw (1999, p. 484) o PIB “é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período de tempo”. Como índice de riqueza, mede tanto a renda total da economia quanto a despesa total com bens e serviços, contudo, sua validade como indicador de bem-estar é intensamente contestada. Neste sentido, o PIB não se caracteriza como um indicador perfeito de bem-estar, pois não contempla algumas coisas que contribuem para uma vida satisfatória, como o lazer. Conforme acrescenta Leamer (2009), o PIB não é felicidade, mas, mesmo limitado a seu domínio material, exclui-se muita coisa que é valiosa e coloca muito do que realmente é indesejado.

Imagine, por exemplo, que o governo eliminasse toda a regulamentação ambiental, dessa forma, as empresas poderiam produzir mais bens e serviços sem levar em consideração a poluição que criariam, logo, o PIB cresceria. Entretanto, a deterioração na qualidade do ar e da água e a grande produção de resíduos mais do que compensaria negativamente o suposto ganho de bem-estar em virtude da maior produção.

Por nos concentrarmos nas meras estatísticas do PIB e de outros indicadores monetários convencionais, nós falhamos na distinção entre os aspectos qualitativos do crescimento; crescimento saudável e não saudável, crescimento temporário ou sustentável. Nós não questionamos qual crescimento é realmente necessário, o que realmente é necessário para melhorar a nossa qualidade de vida. (TIDEMAN, 2004, p.228)

Soma-se a isso as limitações relacionadas a outros aspectos não incluídos no indicador, como capital intangível (inclusive o capital humano), lazer, distribuição de renda, custos do desemprego, economia informal, voluntariado, segurança nacional, liberdade e democracia, qualidade dos serviços públicos (como educação e saúde), dentre outros (BATES, 2009).

Ainda assim, como afirma Leamer (2009), certo ou errado, isso se tornou o padrão pelo qual se mede o tamanho e a saúde de um país, sendo que o crescimento negativo do PIB deve ser observado atentamente, pois, significa um sintoma importante de doença econômica. Corroborando, Bates (2009) advoga que, embora limitados, os resultados do PIB não são tão enganosos a ponto de precisarem ser abolidos, mas que, pelo contrário, estes oferecem informações importantes sobre as nações.

Além do Produto Interno Bruto, outros indicadores econômicos são comumente utilizados pelas nações como, por exemplo, o Produto Nacional Bruto – que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos pelos residentes fixos de uma nação, normalmente em um ano. A partir do cálculo deste indicador, torna-se possível obter o Produto Nacional Líquido (PNL), que corresponde à renda total dos residentes de uma nação, descontando-se as perdas com depreciação, ou seja, o PNL corresponde ao PNB descontado da depreciação do capital (MANKIW, 1999).

Conforme supramencionado, o uso exclusivo desses índices puramente quantitativos como referência para a avaliação do desempenho de determinada região levou a um descontentamento generalizado, haja vista a omissão de dimensões qualitativas, como o bem estar. Este movimento implicou na ascensão de novos olhares e reflexões sobre o assunto, das quais emanaram tentativas de aperfeiçoamento e aproximação com a realidade. Neste contexto, emergiram os indicadores sociais, que visam à superação das limitações intrínsecas aos indicadores econômicos.

2.2 Índice de Desenvolvimento Humano e outros indicadores sociais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 pela ONU e preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para ser publicado anualmente no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Nele foram abarcadas as dimensões longevidade, educação e renda (SANTAGADA, 2014). “Tratava-se de se ater a aspectos de fácil mensuração e que refletiriam a efetiva boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas” (HERCULANO, 1998, p. 15).

Desde então, o IDH vem sendo amplamente utilizado, ainda que de forma crítica, por diferentes países, sendo sua conceituação de desenvolvimento humano constantemente reformulada e ampliada pelo PNUD/ONU. Através do IDH é possível comparar estágios de bem estar e, desse modo, propor melhorias, garantindo os direitos de cidadania de forma ampla e universal. (SANTAGADA, 2014).

Entretanto, ainda que o IDH represente um instrumento que veio para extrapolar as análises economicistas baseadas somente no desempenho econômico

(SANTAGADA, 2014), deve-se ter cautela ao analisar este indicador de forma desconexa à realidade local, uma vez que as limitações inerentes a este instrumento podem mascarar o que de fato acontece. Assim, apesar de muito utilizado, este indicador possui certa limitação para medir de forma efetiva a qualidade de vida, pois, além de não tratar da dimensão ambiental em seu cálculo, ele não mensura outros aspectos que influenciam diretamente na qualidade de vida de uma população, tais como saúde mental, integração social e cultura (HERCULANO, 1998). Para Hirata (2003) as limitações persistem porque os indicadores permanecem com uma visão unidimensional (utilitária) de bom desenvolvimento.

Outros indicadores além do IDH também se destinam a medir o nível de desenvolvimento social de determinada região. O Índice de Liberdade Humana (ILH), por exemplo, foi criado em 1991 pelo PNUD/ONU para que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras convenções internacionais, classificasse os países em relação ao nível de liberdade de sua população. Em 1992, foi criado pelo mesmo programa o Índice de Liberdade Política (ILP), com o intuito de medir os direitos políticos e as liberdades civis através do agrupamento das categorias segurança, império das leis, liberdade de expressão, participação política e igualdade de oportunidades. Logo após, em 1995, o PNUD lançou o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Sexo (IDS) e a Medida da Participação Ajustada ao Sexo (MPS), ambos com vistas a medir, através de indicadores, as diferenças existentes entre homem e mulheres, servindo como suporte para políticas públicas futuras. Já em 2007, foi lançado pelo PNUD o Índice de Pobreza Humana, que tem como foco as condições de pobreza e o desenvolvimento dos indivíduos mais pobres da sociedade (SANTAGADA, 2014).

Percebe-se que a grande variedade de indicadores, sejam eles de natureza econômica ou social, se justifica pela complexidade de se determinar o desempenho de uma região bem como a qualidade de vida de seus residentes, visto a ampla gama de fatores envolvidos. Encontrar uma forma de reunir, senão todos, mas o maior número possível desses fatores em um único indicador representa um grande desafio para pesquisadores e estudiosos do assunto. Neste cenário, emerge a ideia de Felicidade Interna Bruta, um índice inovador que vem ganhando destaque na literatura econômica como uma nova maneira de se aferir o bem estar de uma população a partir da sua felicidade.

2.3 O indicador FIB

O FIB caracteriza-se como um indicador sistêmico que foi idealizado e desenvolvido no Butão, pequeno reino localizado na Ásia. A ideia começou a ser articulada na década de 70, quando o quarto rei Jigme Singye Wangchuk, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passou a orientar sua política nacional e seus planos de desenvolvimento para este conceito. Desde então, o país atraiu a atenção de todo o mundo por esta nova maneira de medir o progresso das nações e Jigme Singye Wangchuk se destacou pela declaração de que a “Felicidade Interna Bruta é mais importante do que Produto Interno Bruto” (URA *et al.* 2012).

De acordo com as concepções deste novo indicador, o desenvolvimento de

uma nação deve estar congruente com o bem estar dos indivíduos, sendo o governo, desta forma, responsável pela criação de um ambiente que proporcione felicidade ao seu povo (TOBGAY *et al.*, 2011). Este ideal encontra-se claramente descrito no Artigo 9 da Constituição butanesa de 2008, que afirma: "O Estado deve esforçar-se para promover as condições que permitam a busca da Felicidade Nacional Bruta" (URA *et al.*, 2012, p.6).

Ura *et al.* (2012) fazem uma importante ressalva em relação ao conceito de felicidade para os orientais, que se distingue do conceito de felicidade dos ocidentais. Desta forma, segundo os autores, a primeira diferença estaria relacionada ao caráter multidimensional do conceito para os orientais que, ao contrário dos ocidentais, não focariam apenas no bem estar subjetivo do indivíduo. Além disso, o conceito oriental abarcaria explicitamente a responsabilidade e respeito ao outro como motivadores de felicidade. Conforme declarado pelo Primeiro Ministro do Butão, a felicidade para os orientais: "não pode existir enquanto outros sofrem, e só vem de servir os outros, vivendo em harmonia com a natureza, e percebendo a nossa sabedoria inata e da verdadeira natureza e brilhante de nossas próprias mentes" (THINLEY, 2009 apud URA *et al.*, 2012, p.7).

Esse tipo de discrepância pode ser atribuído à influência do budismo sobre a cultura, os valores e, até mesmo, sobre a política butanesa. A esse respeito, Tideman (2004), Priesner (1999) e Mancall (2004) fazem uma interessante reflexão, afirmando ter partido do budismo o valor mais importante para a construção do conceito central do indicador FIB: o foco no bem estar humano. Neste sentido, enquanto economistas ocidentais se preocupam com a eficiência econômica (aumento do consumo e aceleração do crescimento), os butaneses, baseados em valores budistas (como a harmonia entre aspectos materiais e espirituais), se voltam para a maximização da felicidade do povo.

Com vistas ao alcance deste objetivo, foram definidas quatro áreas estratégicas, também denominadas pilares do FIB, a saber: 1) desenvolvimento socioeconômico sustentável e equitativo; 2) conservação ambiental; 3) preservação e promoção da cultura e 4) boa governança. Estes quatro pilares são ainda articulados por nove domínios, todos com mesmo peso, formando a base do conceito FIB (URA *et al.*, 2012).

1. Bem estar psicológico: busca compreender como as pessoas percebem e avaliam suas vidas, tanto em relação a estados de bem estar mental de longo prazo, quanto em situações de humor momentâneas. No entendimento butanês, em uma sociedade em que o bem estar é regularmente avaliado, as pessoas tendem a prestar mais atenção sobre o seu bem estar e entender melhor as suas causas, fazendo com que a avaliação não seja positiva apenas per se, mas também pelas consequências benéficas que ela traz (ZANGMO, 2009).

2. Saúde: para a Organização Mundial de Saúde (1946), consiste em "um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças ou enfermidades". Para o índice FIB, no entanto, o conceito se limita à saúde física. Isto porque as dimensões de saúde mental e social são abarcadas em outros domínios, como o bem estar psicológico, a vitalidade comunitária e padrão de

vida. O FIB considera que a felicidade é consequência de uma boa saúde. Neste sentido, apesar de serem coisas diferentes, a linha que os separa é bastante tênue, apresentando grande parte dos seus determinantes em comum. Por exemplo, assim como a renda, o nível educacional e a prática de atividades físicas podem contribuir para uma boa saúde, da mesma forma, podem contribuir para a felicidade do indivíduo. Não se sabe se uma boa saúde implica em maior felicidade ou vice-versa, mas sabe-se que ambos são fatores intensamente associados (WANGDI, 2009a). A proposta FIB busca proporcionar aos indivíduos acesso a saúde de qualidade ao mesmo tempo em que se preocupa com a medicina preventiva e com as atividades produtivas de saúde. Na prática, isto significa oferecer informações sobre como gerir e preservar a própria saúde, prevenindo doenças e mantendo o corpo em equilíbrio (ARRUDA, 2009).

3. Uso do tempo: o tempo pode ser considerado atualmente como um recurso importante e escasso. Por isso, a forma como este é utilizado e a maneira como é distribuído representa um fator de grande importância sobre a felicidade dos indivíduos. Assim, para o FIB, este tipo de investigação viabiliza a obtenção de informações sobre o que as pessoas realmente fazem em suas vidas e a forma com que dividem o seu tempo entre o trabalho e a vida pessoal. Entende-se que, geralmente, os indivíduos que têm a carga horária de trabalho aumentada tendem a desequilibrar essa divisão do tempo. Tal fato, por sua vez, costuma ser motivado pelo desejo de ganhar mais dinheiro. Assim, essas pessoas acabam não tendo tempo para fazer as coisas que gostam ficando menos felizes e mais estressados (GALAY, 2009a).

4. Educação: de forma distinta dos indicadores educacionais convencionais, o índice FIB “tenta avaliar os diferentes tipos de conhecimentos e habilidades que as pessoas adquiriram ao longo da vida, tais como história, cultura, cidadania, ecologia, conhecimento indígena, e as competências que são, na maioria das vezes, adquiridas informalmente” (WANGDI, 2009b, p.170). O FIB entende que a educação é um atributo importante para o desenvolvimento de novos conhecimentos, para o aprendizado de valores e habilidades, além de despertar a criatividade, a sensibilidade cívica e melhorar o capital humano. O rei Jigme procurou dar ênfase a este domínio por acreditar que um país onde a educação não fosse equitativa sempre seria um país desigual. Para ele, a ignorância faz surgir dominadores e dominados. Tideman (2004) acrescenta que a educação é essencial para os seres humanos atingirem seu pleno potencial, tanto individual como coletivo. Também é preponderante na preservação do meio ambiente, da saúde, do desenvolvimento social, da participação do povo na economia nacional e ainda contribui para a redução significativa de conflitos, já que a partir do momento que as pessoas têm capacidade de argumentação e condições de reivindicar seus direitos de maneira civilizada, a guerra se faz desnecessária. Uma educação abrangente, de qualidade e de longo alcance mostra-se, portanto, de fundamental importância para a viabilização dos outros domínios do indicador FIB (ARRUDA, 2009; TIDEMAN, 2004; WANGDI, 2009b).

5. Diversidade cultural e resiliência: sob o ponto de vista da ideologia FIB, a

diversidade cultural representa o respeito de cada indivíduo às diferentes culturas (co)existentes. Neste sentido, a homogeneização e a incessante competição, típicas no capitalismo ocidental, são substituídas pelo princípio da “complementaridade do diverso” (ARRUDA, 2009, p.6). Considerando que o ser humano precisa conviver em sociedade, a equidade diante da diversidade se faz necessária para que haja harmonia. Além disso, busca-se o que é chamado por Chophel (2009a, p.148) de “resiliência cultural”, que representa a capacidade de as sociedades superarem desafios provenientes de outras normas e ideias em prol da preservação de sua identidade cultural. Segundo o autor, esta capacidade se faz positiva por proteger e fortalecer a soberania e a segurança do país, além de abrandar os impactos negativos da globalização.

6. Boa governança: ainda que não exista uma definição única para o termo, pode-se dizer que, para o FIB, a boa governança é a “sábia gestão do poder econômico e político de modo a garantir que a sociedade crie e preserve as condições materiais, sociais, culturais e ecológicas de viver em harmonia, alegria, paz e felicidade” (ARRUDA, 2009, p.2). Em termos gerais, a boa governança implica em participação popular, Estado de direito, transparência, prestação de contas, prestação de serviços efetiva e equidade. Sendo assim, de acordo com os preceitos do FIB, a base do plano de ações elaborado por um governo deve obedecer às necessidades diretas de seu povo, que, por sua vez, tem o dever de fazer valer seus direitos participando ativamente da vida política do seu país. Isto porque se torna muito difícil conseguir progressos governamentais significativos quando não se pode confiar nos chefes de estado ou mesmo quando os cidadãos se fazem omissos diante das dificuldades cotidianas. Deve-se ressaltar ainda que a boa governança, particularmente, permeia todos os outros domínios, fazendo com que os seus efeitos sobre a sociedade se deem a partir do esforço cumulativo dos demais (RAPTEN, 2009; PARKER, 2008).

7. Vitalidade comunitária: busca “examinar as interações e relações dentro e, até certo ponto, através das comunidades” (CHOPHEL, 2009b, p.112). Entende-se que, enquanto seres sociais, os seres humanos precisam se relacionar e interagir com outros para serem felizes e até mesmo para sobreviver. A comunicação e a cooperação entre os sujeitos, por sua vez, seriam instrumentos para vitalizar as comunidades e valores como cooperação, altruísmo recíproco, solidariedade consciente e amor deveriam permear famílias e comunidades equilibradas e felizes. Por outro lado, a falta de laços sociais e afetivos pode levar à perda do valor da vida e o respeito a ela. Conforme destaca Arruda (2009, p.6), “a violência é uma expressão eloquente da carência de vitalidade comunitária, e do carinho, afeto e amor sem os quais o ser humano se desfigura, adocece, morre... ou passa a matar”.

8. Resiliência ecológica: uma vez que indicadores econômicos como o PIB se restringem à medição das riquezas de um país, sem se importar com a origem daquela opulência, o FIB vem trazer a ideia de sustentabilidade e cuidado com a natureza, ao considerar em sua medição a qualidade da água, do ar, das florestas e do planeta como um todo. Neste sentido, questões sobre consciência e atitude ambiental, adentram os aspectos abordados pelo indicador, que entende que “o que

fazemos contra a natureza fazemos contra nós mesmos” (ARRUDA, 2009, p.5). Assim, o conceito de resiliência ecológica, que é, segundo Gunderson (2000), a forma como um sistema se recupera após um distúrbio, assume uma importância apreciável para o debate sobre felicidade, pois, ao recuperar e preservar a fonte de sustento de toda humanidade, garantir-se-á, por conseguinte, o futuro das próximas gerações, logo, a possibilidade da felicidade prolongada. Pode-se dizer que o objetivo a ser atingido é o equilíbrio entre meio ambiente e padrão de vida, em especial no que tange a soberania e a segurança alimentar (ARRUDA, 2009).

9. Padrão de vida: “refere-se à base material do bem-estar, que se reflete no nível de consumo do indivíduo” (GALAY, 2009b, p.31). O padrão de vida de um indivíduo representa um fator importante na determinação do seu bem estar ou felicidade e, por essa razão, recebe muita atenção de estudiosos e de governantes. O FIB procura identificar o número de pessoas com padrão de vida digno (cujas necessidades básicas são satisfeitas) e quais são as deficiências que ainda precisam ser atendidas por meio de políticas públicas e de atividades produtivas e distributivas. Faz-se importante ressaltar que, diferentemente de abordagens economicistas que utilizam a renda real como referência para medição do padrão de vida, a ideologia FIB abarca tanto a renda monetária quanto a não monetária (ARRUDA, 2009; GALAY, 2009b).

Percebe-se, desta forma, como o FIB se difere dos demais indicadores e, ao mesmo tempo, o quão inovador ele é. Este representa uma forma alternativa para avaliação do desenvolvimento de uma nação, que rompe com a visão unidimensional dos indicadores anteriores, ao propor um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos para efetivação de um bom desenvolvimento (DURÃO, 2012).

Bakshi (2004) chega a dizer que o FIB representa um avanço significativo na teoria econômica tradicional e, de fato, não se pode negar que até então o termo desenvolvimento nunca foi tratado de maneira tão sistêmica. Além disso, conforme acrescenta Mancall (2004), foi a primeira vez em que se falou em maximização da felicidade, não em termos individuais ou imediatistas, mas sim aquela que emana da remoção das dificuldades e das condições de negatividade.

Felicidade Nacional Bruta é ao mesmo tempo a reflexão sobre as teorias de desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento, e sobre os valores que deveriam orientar essas políticas. É autoanálise e pensamento crítico na definição do futuro da nação, em vez da simples aceitação de orientações estrangeiras. É por isso que o FIB é tão significativo (MANCALL, 2004, p.11).

No campo científico verifica-se a emergência de vários artigos relacionados à temática, com vistas a atingir objetivos bastante diversificados. O quadro 1 apresenta um compilado das pesquisas que abordam o indicador FIB, separadas por categorias para facilitar a visualização. Para escolha dos trabalhos que compuseram essa sistematização, foram considerados os trabalhos que tratam o FIB como foco primário.

Quadro 1 – Principais trabalhos que abordam o indicador FIB

TEMÁTICA	AUTORES
As nove dimensões do FIB	Arruda (2009)
Implantação, Medição e Operacionalização do FIB	Hoellerer (2010); Liou, Tsai e Lee (2013)
FIB no Ocidente x FIB no Oriente	Schroeder <i>et al.</i> (2014)
Indicadores de bem estar	Lima Caldas (2014); Bates (2009)
Questões Ambientais/Sustentabilidade x FIB	Zurick (2006); Brooks (2013); Rodrigo-Martinez e Mamed (2014)
Renda x FIB	Di Tella e Robert MacCulloch (2008);Turisco e Kirschner (2011)
Saúde x FIB	Pennock, e Karma Ura (2011); Tobgay <i>et al.</i> (2011); Wangchuk e Tashi Tobgay (2015).
Tecnologia da Informação x FIB	Heeks (2012)
Religiosidade x FIB	Tsai, Lee e Liou (2013); Foley (2013)
Estudos sociais x FIB	Tong, Wang e Liu (2009)
Estratégia de Recursos Humanos x FIB	Blackman, O'Flynn e Mishra (2010)
Ambiente acadêmico (Malásia) x FIB	Applamy <i>et al.</i> (2014)
Redes Sociais x FIB	Wang et al (2014); Kramer (2010); Durahim e Mustafa (2015)
Crescimento da população do Butão x FIB	Hayden (2015)
Sistema Constitucional do Butão x FIB	Zamoner (2012)

Fonte: pesquisa bibliográfica (elaborada pelos autores)

Com relação à importância do indicador FIB, destaca-se o trabalho de Bates (2009), que ao fazer um estudo sobre as diversas formas de medir o bem estar concluiu que o FIB era um dos indicadores mais completos. Di Tella e MacCulloch (2008) realizaram um estudo com a intenção de provar que não somente a renda é fator determinante na felicidade dos indivíduos e defendendo os pressupostos do FIB. Já as dimensões do FIB foram estudadas por autores como Arruda (2009) e Zurick (2006). Hoellerer (2010) buscou por meio de uma etnografia melhorar a medição e operacionalização do FIB. Brooks (2013) estudou o desenvolvimento sustentável do Butão relacionando-o ao FIB. Outros, por sua vez, relacionaram a religião ao FIB, como Foley (2013).

Além disso, outros tópicos como saúde, estratégia de recursos humanos, Sistema Constitucional do Butão, Sociologia, Políticas Públicas Sustentáveis, Ambiente acadêmico, Crescimento da população do Butão, Tecnologia da Informação e FIB no Ocidente também foram relacionados ao indicador FIB. Destaca-se, ainda, a emergência das redes sociais como foco de alguns estudos. Wang *et al.* (2014) buscaram validar o Índice de Felicidade Bruta do Facebook e Durahim e Mustafa (2015) adotaram um modelo chamado de análise de sentimento para calcular a Felicidade Interna Bruta da Turquia pelo Twitter.

Certamente ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, sendo que os esforços iniciais não podem ser considerados como a solução final para todos os problemas. É por essa razão que tem-se discutido muito sobre o FIB, e inúmeras

tentativas têm sido feitas com vistas ao aprimoramento, adaptação e aplicação deste indicador. Além disso, a formulação de políticas concretas para alcance dos objetivos ainda representa um desafio (MANCALL, 2004). Este estudo representa um movimento inicial para disseminar a temática e contribuir com os estudos na área.

3 Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de avaliar as diferenças nos níveis de felicidade dos indivíduos o presente estudo caracterizou-se como quantitativo descritivo. Segundo Malhotra (2001, p. 155) “a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística”.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a aplicação de questionários estruturados a fim de estabelecer uniformidade e comparação entre respostas. Devido sua aplicabilidade simples, o questionário é capaz de contemplar um grande número de respondentes, limitando possibilidades de interpretação e erro por parte do entrevistado.

Desta forma, a elaboração do instrumento para coleta de dados desta pesquisa foi fundamentada no questionário elaborado pelo Centro de Estudos do Butão (2010), sendo este traduzido e adaptado. O questionário foi composto por 52 questões, sendo 3 delas referentes aos dados sociodemográficos dos entrevistados e as outras 49 referentes aos nove domínios que compõem o indicador FIB. Nas questões relacionadas a esses domínios utilizou-se de uma escala de frequência de 4 pontos, sendo utilizados em seus extremos expressões de significados opostos, no caso, “sempre” e “nunca”.

O universo de estudo desta pesquisa abrange toda população de Lavras, cidade pertencente à mesorregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. A cidade, além de possuir um elevado índice de qualidade de vida, é reconhecida nacional e internacionalmente por seus centros de excelência universitária, abrigando uma das melhores universidades e centro universitário do país. Sua população urbana foi estimada pelo Censo de 2010 em 92.171 habitantes. A escolha dessa cidade justifica-se por motivo de conveniência, em virtude de os pesquisadores serem estudantes ou professores da Universidade Federal de Lavras.

A definição da amostra foi aferida para um nível de significância de 95%. Faz-se importante ressaltar que esta amostra foi estratificada de acordo com o número de moradores em cada região da cidade (centro, norte, sul, leste e oeste), de forma a abarcar residentes de todas as regiões lavrenses. Também foi delimitado que deveriam ser entrevistadas, de forma proporcional, pessoas de todas as classes sociais, dos gêneros masculino e feminino, com idade entre 16 e 65 anos, e que possuíssem do mais baixo ao mais alto nível de escolaridade.

Além disso, estabeleceu-se que a abordagem dos entrevistados para coleta dos dados se daria na residência destes, sendo utilizado o critério de que todas as ruas daquele bairro deveriam ter algum morador entrevistado e que, após a realização da entrevista em uma residência, dever-se-ia pular, pelo menos, quatro

casas.

Desta forma, foi aplicado um total de 403 questionários. Os dados obtidos foram tabulados e analisados com o auxílio do software aplicativo SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). O método de análise utilizado foi a análise de Cluster e Análise Discriminante, ambas pertencentes à estatística descritiva. Também foi feita uma análise exploratória, de forma a elucidar o perfil dos respondentes. Os resultados obtidos encontram-se descritos na próxima seção.

4. Resultados e Discussão

Serão apresentados nesta seção os principais resultados obtidos a partir desse estudo. As análises estão divididas em três blocos, que compreendem a análise exploratória, a análise clusters e discriminante e análise de cruzamentos.

4.1 Análise Exploratória: traçando o perfil dos entrevistados

Analisando os resultados referentes ao perfil sociodemográfico, percebeu-se que dos 403 entrevistados, a maioria pertence ao gênero feminino (52,6%), tem entre 21 a 30 anos de idade (23,6%) e possui ensino médio completo (31,8%). A TAB.1 mostra a distribuição sociodemográfica dos entrevistados.

Tabela 1- Distribuição sociodemográfica dos entrevistados

Variável sociodemográfica	Distribuição
Gênero	52,6% feminino 47,4% masculino
Faixa Etária	13,6% até 20 anos 23,6% entre 21 e 30 anos 21,3% entre 31 e 40 anos 20,6% entre 41 e 50 anos 20,8% maior que 50 anos.
Escolaridade	2,2% nenhum nível de escolaridade 26,6% ensino fundamental incompleto 12,2% ensino fundamental completo 9,7% ensino médio incompleto 31,8% ensino médio completo 6,7% ensino superior incompleto 7,4% ensino superior completo 3,7% pós-graduação
Região Domiciliar	23,82% região norte 20,35% região sul 16,87% região leste 17,87% região oeste

21,09% central

Fonte: dados da pesquisa

Vale ressaltar, conforme mencionado anteriormente, que amostra foi estratificada para que houvesse um equilíbrio entre o número de respondentes de ambos os sexos, assim como entre as faixas etárias, os níveis de escolaridade e as regiões de residência. Por esse motivo, os percentuais obtidos para cada um desses estratos se mostraram tão próximos.

4.2 Análise de Cluster e Discriminante

Para a Análise de Cluster, foi adotada a recomendação de Hair Jr. *et al.* (2009) com relação à combinação de métodos hierárquicos e não hierárquicos. Dessa forma, primeiramente foi realizado o procedimento hierárquico de aglomeração, no qual foram empregados o método de Ward e a medida de similaridade de distância euclidiana, para estabelecer o número de agrupamentos e caracterizar os centros de agrupamentos. Procedeu-se, dessa forma, a formação dos clusters de 2, 3 e 4 grupos. A análise do coeficiente de aglomeração (Malhotra, 2006) mostrou que a opção de 2 clusters seria a mais apropriada.

Na sequência, foi feita através do método de aglomeração não-hierárquico (K-means) a formação dos clusters para 2 grupos. Para Hair *et al.* (2009), a partir da utilização preliminar dos métodos hierárquicos para o estabelecimento de pontos sementes não aleatórios, os resultados dos métodos não hierárquicos são menos suscetíveis a observações atípicas nos dados, à medida de distância usada e à inclusão de variáveis irrelevantes ou inadequadas. Ainda segundo o autor, os métodos não hierárquicos podem analisar conjuntos extremamente grandes de dados, pois eles não demandam o cálculo de matrizes de similaridade entre todas as observações, mas somente a similaridade de cada observação com os centroides de agrupamento.

De posse dos resultados da análise de agrupamentos, procedeu-se com a análise discriminante, a fim de distinguir as características dos dois grupos encontrados. Para tanto, foi utilizado o método Stepwise (por etapas). Ao se analisar os dados apresentados na TAB. 2 a seguir, pode-se rejeitar a hipótese de igualdade entre os grupos. Para efeito de análise optou-se por agrupar essas variáveis de acordo com cada domínio correspondente.

Tabela 2: Variáveis que discriminam os grupos

Domínio	Variáveis Discriminantes	F	Sig
Domínio 1 (bem estar psicológico)	Satisfação com a aparência	75,636	,000
	Sentir-se importante para os outros	51,606	,000
	Sensação de otimismo	44,894	,000
Domínio 2 (saúde)			,000
Domínio 3 (uso do tempo)	Alcance de metas estipuladas	98,720	,000
	Considerar o tempo apertado para realização das atividades diárias	53,924	,000
Domínio 4 (vitalidade comunitária)	Fazer doações	66,392	,000
Domínio 5 (educação)	Adotar a prática da coleta seletiva	81,424	,000
	Preocupa-se em saber sobre o direito dos idosos e deficientes	59,786	,000
	Capacidade de percepção das pessoas que precisam de ajuda	47,053	,000
Domínio 6 (cultura)	Aproveitar as oportunidades que lhes são apresentadas	62,630	,000
	Participação em atividades culturais	56,662	,000
	Gostar de se relacionar com pessoas de outras culturas	41,627	,000
Domínio 7 (meio ambiente)	Ao comprar um produto, leva em conta se a empresa é sustentável	49,133	,000
Domínio 8 (governança)	Procura se informar sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo	69,170	,000
Domínio 9 (padrão de vida)	Controla o orçamento	128,171	,000
	Gosta do trabalho que exerce	87,540	,000
	Consegue economizar	72,597	,000
	Considera-se bem remunerado	43,116	,000

Fonte: dados da pesquisa

A análise discriminante processou uma função discriminante com alta significância a partir das variáveis estudadas (Lambda de Wilks igual a 0,327 e significância de 0,000). O coeficiente de correlação canônica encontrado foi de 0,820 – o que significa que 67,24% ($[0,820^2]$) da variância pode ser explicada pelo conjunto das 18 variáveis encontradas pelo método Stepwise.

Conforme se observa na TAB. 2, os domínios que mais se destacam na diferenciação dos grupos são: Padrão de vida (D9) com 4 variáveis, Educação (D5), Bem estar psicológico (D1) e Cultura (D6), com 3 variáveis cada. De forma a investigar maiores detalhes, foi realizada análise de cruzamentos entre o cluster e os domínios e entre os clusters e as variáveis sociodemográficas. Os resultados

encontrados são descritos e discutidos a seguir.

4.3 Análise de cruzamentos

Na TAB. 3 são apresentadas as variáveis significativas na diferenciação dos dois agrupamentos obtidos na análise anterior.

Tabela 3 – Cruzamentos entre os clusters e os domínios

	CLUSTER 1	CLUSTER 2
DOMÍNIO 1		
Satisfação com a aparência (sempre)	60%	25%
Ver o lado positivo (sempre)	62%	31%
Sente-se importante (sempre)	56%	27%
Sente-se otimista (sempre)	64%	26%
Orgulho do caminho traçado (sempre)	69%	35%
Irritação com demora no atendimento (sempre)	49%	64%
DOMÍNIO 5		
Percepção de pessoas que precisam de ajuda (sempre)	67%	50%
Pratica coleta seletiva (na maioria das vezes ou sempre)	69%	29%
Procura conhecer o direito de idosos e deficientes (sempre)	66%	26%
Por em pratica valores éticos morais etc (sempre)	75%	36%
DOMÍNIO 6		
Consegue aproveitar as oportunidades (sempre)	66%	35%
Contribui para o bom clima no trabalho (sempre)	84%	59%
Gosta de relacionar com outras culturas (sempre)	75%	53%
DOMÍNIO 9		
Considera-se bem remunerado (na maioria das vezes ou sempre)	62%	36%
Gosta do trabalho (sempre)	83%	47%
Considera a vida confortável(sempre)	59%	23%
Controla os orçamentos (sempre)	69%	22%
Consegue economizar (na maioria das vezes ou sempre)	71%	32%
Compra o que deseja (sempre)	47%	22%

Fonte: dados da pesquisa

Nota-se que a população de Lavras se mostra, de forma geral, feliz em relação à própria vida. Entretanto, 42% da população ainda não se sentem completamente satisfeitos em alguns aspectos que compõem os domínios. Desta forma, os dois clusters encontrados foram nomeados como:

Cluster 1: “de bem com a vida”: corresponde aos indivíduos que se mostraram mais felizes em todos os aspectos analisados. Este grupo de respondentes representou 58% da amostra.

Cluster 2: “está bom, mas pode melhorar”: corresponde aos indivíduos que não se mostraram muito satisfeitos em alguns aspectos analisados, podendo ser

considerados menos felizes do que os demais. Este grupo representou 42% da amostra.

Os percentuais obtidos em cada uma das variáveis discriminantes justificam a consideração do cluster 1 como “de bem com a vida” e o cluster 2 como “está bom, mas pode melhorar”. Conforme se observa na TAB. 3 os indivíduos do cluster 1 mostraram maior satisfação com a aparência, maior otimismo e sentimento de importância e orgulho do que os indivíduos pertencentes ao cluster 2. Além disso, neste grupo há maior sentimento de solidariedade, maior prática da coleta seletiva, além de maior consideração aos aspectos éticos e morais. Ressalta-se ainda, que o primeiro grupo tende a aproveitar mais as oportunidades, além de ter melhor relação no ambiente de trabalho e maior gosto por se relacionar com outras culturas. Uma ressalva importante em relação aos aspectos culturais é a baixa frequência em atividades culturais em ambos os clusters, o que nos leva a refletir sobre o incentivo à participação da população neste tipo de evento, além da promoção destas atividades nesta cidade.

Para caracterização dos clusters também foi realizado um cruzamento entre os clusters e as variáveis sociodemográficas que fizeram parte deste estudo. O teste qui-quadrado de Pearson foi realizado para avaliar o nível de significância dos resultados. Foram considerados significativos para o estudo todos os resultados com significância igual ou superior a 95%.

A distribuição entre homens e mulheres não revelou diferenças significativas ($p=0,07$). Mas, vale considerar que o Cluster 1 apresentou um percentual maior de homens (53,6%), enquanto o Cluster 2 apresentou um percentual maior de mulheres (60,2%). Esse resultado pode indicar uma tendência de os homens serem mais “de bem com a vida” do que as mulheres ou, em outras palavras, mais felizes.

Este resultado contradiz os resultados obtidos por uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas e divulgada em 2012, no qual, percebeu-se que as mulheres eram mais felizes que os homens (sendo tal fato atribuído ao maior nível de educação conquistado pelas mulheres nos últimos anos, que se traduziria em maior renda e, conseqüentemente, em uma vida melhor). Porém, deve-se considerar que a renda salarial das mulheres continua sendo cerca de 30% inferior à dos homens (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012) e que os desdobramentos e rendimentos de sua inserção no mercado podem não estar sendo compensatórios, se analisados sobre o ponto de vista da melhoria na sua qualidade de vida. Talvez, essa diferença esteja relacionada às diferenças entre pequenas e grandes cidades, fazendo com que as mulheres de cidades de porte médio (como é o caso de Lavras), sofram mais os efeitos das desigualdades de gênero e tenham mais dificuldade nesta conciliação entre trabalho e vida pessoal.

A idade também não revelou diferenças significativas entre os grupos ($p=0,83$). Em ambos os clusters a faixa etária dos entrevistados mostrou-se bem distribuída. O Cluster 2 (em que 65,9% possui até 40 anos) pode ser considerado relativamente mais jovem que Cluster 1 (em que 67,6% dos entrevistados possui mais de 31 anos).

A escolaridade também se mostrou bem distribuída entre os grupos. Entretanto, faz-se importante ressaltar as discrepâncias entre os pontos extremos da escala, ou seja, a ausência de escolaridade e a conclusão da graduação e da pós-graduação. Sendo assim, enquanto no Cluster 1 apenas 0,5% declararam não

possuir nenhuma escolaridade, para o Cluster 2 esse valor chegou a 4,3%. Por outro lado, enquanto o Cluster1 possui 14,4% dos seus respondentes graduados ou pós-graduados, este valor no Cluster 2 é de apenas 8,1%. Este pode ser um indicativo de que o nível de escolaridade exerça alguma influência sobre a felicidade do indivíduo.

Com relação às regiões nas quais os entrevistados residem, os resultados se mostraram altamente significativos ($p=0,00$). Antes, porém, de dar início às discussões, faz-se importante ressaltar as características sociodemográficas de cada uma delas, haja vista as implicações dessas características sobre os resultados analisados. Para tanto, recorreu-se a informações divulgadas no site da prefeitura de Lavras, em sites sobre a cidade, em reportagens jornalísticas, assim como em dados de órgãos públicos.

A área central de Lavras é um local cujas características sociais dos moradores são, de maneira geral, homogêneas. Este é um local habitado por pessoas de classe média à classe alta, que podem pagar os altos preços dos imóveis ali situados. As entrevistas desta região foram feitas nos bairros Centro, Ipês, Inácio Valentini, Nilton Teixeira, Jardim Fabiana, Retiro, Jardim São Paulo, São Sebastião e Centenário.

Na região leste da cidade de Lavras, os bairros Novas Lavras, Belo Horizonte, Bandeirantes, Pitanguí, Alterosa, Jardim América, Monte Líbano, Eldorado, Cascalho, Vila Alzira, Bela Vista, Vila Rica, Vale do Sol e Vista Alegre foram alvos desta pesquisa. É uma região com características bastante discrepantes entre seus moradores, abrangendo desde indivíduos da classe E até indivíduos da classe A.

Já na região oeste, as entrevistas foram realizadas nos bairros Vila Murad, Serra Azul, Novo Horizonte, Água Limpa, Belizandra, Dona Flor, Joaquim Sales e São Vicente. É uma das regiões mais carentes de Lavras, com raras exceções de classe média. É também uma das regiões com maior índice de violência e criminalidade da cidade.

Na região norte da cidade, foram realizadas entrevistas nos bairros Fabril, Ferroviária, Cohab, Cidade Nova, Lavrinhas, Nossa Senhora de Lourdes, Aqueça Sol, Jardim Glória, Vila São Francisco, Jardim Campestre e Vila Mariana. É um setor que também apresenta caracterização social bastante heterogênea, com moradores pertencentes às diferentes classes sociais.

Por fim, a região sul da cidade de Lavras também se caracteriza, por uma diversidade social, abrangendo indivíduos de poder aquisitivo baixo até muito alto. Nesta área, foram realizadas entrevistas nos bairros Cruzeiro do Sul, Ouro Preto, Jardim Floresta, Artur Bernardes, Santa Efigênia, Serra Verde e no condomínio residencial Jardim das Palmeiras.

As discussões sobre esta variável tomarão como base a TAB. 4.

Tabela 4: Análise das regiões da cidade

	Norte	Sul	Leste	Oeste	Centro
Cluster 1	75,8%	55,6%	54,2%	18,8%	75,9%
Cluster 2	24,2%	44,4%	45,8%	81,2%	24,1%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme é possível observar na TAB 4, as regiões Norte e Centro tiveram cerca de 76% dos seus respondentes alocados no Cluster 1. Já a região Oeste, esteve alocada no Cluster 2 em mais de 81% dos casos. Tais resultados nos levam a refletir sobre as características das regiões em detrimento aos resultados obtidos. Afinal, seria apenas uma mera coincidência mais de 80% dos residentes da região mais carente e violenta da cidade estarem situados no cluster dos menos felizes e mais de 75% dos residentes da região central da cidade se alocarem no cluster dos mais felizes?

Além disso, deve-se considerar que o domínio 9, que trata do padrão de vida da população, foi o que mais diferenciou os grupos. Dessa forma, os indivíduos do cluster “de bem com vida” consideram-se bem remunerados, gostam do trabalho que exercem, consideram a vida confortável, controlam os orçamentos, conseguem economizar e compram o que desejam com uma frequência bem maior do que os indivíduos do cluster 2.

Neste momento, fica o questionamento sobre até que ponto a felicidade dos indivíduos é permeada pelos aspectos financeiros. De certa forma, neste estudo, a satisfação dos indivíduos com a própria vida este sempre permeada por atributos financeiros, ainda que não de maneira exclusiva ou isolada.

Na próxima seção serão apresentadas as considerações finais deste trabalho, sendo realizado um paralelo entre o nível de Felicidade Interna Bruta de Lavras com o encontrado em estudos semelhantes.

5 Considerações Finais

O lançamento em 2008 do primeiro estudo quantitativo do Centro de Estudos do Butão, nomeado como Felicidade Interna Bruta, fez emergir um novo indicador para avaliação da situação de determinado país. Muito ainda há de ser feito para que este se adapte às diferentes características entre as nações, mas, os estudos avançam rapidamente.

Apesar de não existir parâmetros numéricos que categorizem indivíduos e regiões como felizes ou infelizes, é possível analisar se o comportamento e as atitudes deles estão em consonância com os princípios imbuídos nos nove pilares do FIB, o que, de acordo com as premissas desse indicador, os levariam à plenitude, exprimida em felicidade.

Mas, ainda que a ideia de que “dinheiro não traz felicidade” tenha sido disseminada pela sociedade ao longo do tempo, este estudo leva a questionar esta perspectiva. O dinheiro, mesmo que de forma relativa, se mostrou um fator interveniente sobre a felicidade da população lavrense, assim como a segurança. Mas, não seria o dinheiro um fator de grande influência sobre o sentimento de segurança do indivíduo? Não teriam aqueles com maior poder aquisitivo, maiores condições de se resguardar ou afastar da violência? Além disso, como negar que fatores como padrão de vida, educação, bem estar psicológico e cultura – que se

mostraram significativamente diferenciadoras dos grupos – não são influenciados, ainda que de forma relativa, pelo dinheiro?

A observação de que as pessoas residentes nas áreas mais nobres da cidade apresentaram níveis de felicidade mais altos, se comparados com os indivíduos residentes em um dos locais mais carentes e com um dos mais altos índices de violência e criminalidade local nos leva a refletir sobre o impacto da classe social a que pertence um indivíduo e da segurança do local onde ele habita sobre seu nível de felicidade.

Se compararmos os resultados obtidos na pesquisa realizada com a população do Butão com os da população de Lavras, notaremos semelhanças, como no nível de felicidade entre os sexos, que no país asiático se mostrou superior nos homens em detrimento das mulheres. Por outro lado, uma disparidade observada entre as duas realidades, diz respeito ao quesito desigualdade social, que quase não é percebida entre butaneses, ao passo que, em Lavras, é bastante visível entre as diferentes regiões da cidade.

Deve-se ressaltar que não se pretende aqui fazer afirmações categóricas quanto à influência das variáveis estudadas sobre a felicidade dos indivíduos nem dar respostas definitivas sobre o assunto. É sabido que a felicidade é um construto demasiadamente complexo e variável, a ponto de não permitir tamanho reducionismo. Porém, estes resultados representam indícios que podem auxiliar na compreensão do fenômeno estudado e incitar novas reflexões e debates.

Ademais, esse estudo tem como limitação a restrição da amostra à população da cidade de Lavras, cujas idiosincrasias impedem a generalização desse resultado para outras regiões do país, especialmente se considerarmos a diferença na cultura e estilo de vida existente entre cidades de pequeno/médio e grande porte e até mesmo entre diferentes regiões do país.

Por fim, deve-se mencionar que este estudo, enquanto uma verificação da aplicação inicial deste novo indicador, ainda deve ser aprimorado em estudos futuros, inclusive de forma longitudinal para fins de monitoramento. Sugere-se, ainda, que os estudiosos busquem em pesquisas futuras explorar amostras representativas para uma mesma população, a fim de possibilitar uma compreensão mais ampla e sistemática dos resultados.

Destarte, pode-se dizer que essa pesquisa obteve êxito na concretização dos seus objetivos. Vale ressaltar que, se por um lado os resultados obtidos não são passíveis de generalização, por outro, as informações geradas por esse estudo abre um leque de oportunidades para reflexão e estudos futuros. Em conjunto, esses avanços podem munir a administração de um importante instrumento de avaliação da qualidade de vida percebida pelos indivíduos.

Referências

APPLASAMY, V.; GAMBOA, R. A.; AL-ATABI, M.; NAMASIVAYAM, S. *Measuring Happiness in Academic Environment: A Case Study of the School of Engineering at Taylor's University (Malaysia)*. *Procedia-Social and Behavioral Sciences* v.123,p. 106-112, 2014.

ARRUDA, M. *As nove dimensões do FIB. Monografia*, PACS e Instituto Visão Futuro, Rio de Janeiro. 2009.

BAKSHI, R. Gross National Happiness. *Post-autistic Economics Review*, v.26, n. 2, ago. 2004.

BATES, W. Gross national happiness. *Asian-Pacific Economic Literature*, v. 23, n. 2, p.1-16, 2009.

BLACKMAN, D.; O'FLYNN, J.; MISHRAD. *Can strategic human resource management enable gross national happiness? International Journal of Commerce and Management*, v.20, n.3, p. 232-245, 2010.

BROOKS, J. *Avoiding the limits to growth: Gross National Happiness in Bhutan as a model for sustainable development. Sustainability*, v.5, n.9, p. 3640-3664, 2013.

CENTRO DE ESTUDOS DO BUTÃO. *The Second Gross National Happiness Survey Questionnaire*, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/survey-results/index/>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CHOPHEL, S. *Cultural Diversity and Resilience*. In: THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão, 2009a. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Cultural-Diversity-and-Resilience.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CHOPHEL, S. *Community Vitality*. In: THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão, 2009b. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Community-Vitality.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

LIMA CALDAS, E. *A felicidade geral da nação*. GV executivo, v.13 n.2, p.28-31, jul-dez, 2014.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. *Gross national happiness as an answer to the Easterlin Paradox? Journal of Development Economics*, v. 86, n.1, p. 22-42, 2008.

DURAHIM, A.O.; COŞKUN, M. *# lam happy because: Gross National Happiness through Twitter analysis and big data*. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 99, p. 92-105, 2015.

DURÃO, J. V. *Como mensurar progresso levando-se em conta um modelo de desenvolvimento sustentável. Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista*, v.1, n.2, p. 22-32, Jul-Dez. 2012. Disponível em: <<http://plurimus.dominiotemporario.com/doc/ComomensurarprogressoJulianaVellosoedII.pdf>>. Acesso em: 19 mar.. 2013.

FOLEY, K. *Invoking Happiness: Guide to the Sacred Festivals of Bhutan and Gross National Happiness by Khenpo PhuntsokTashi*. *Asian Theatre Journal*, v. 30, n. 1, p. 236-238, 2013.

FOLHA UOL. *FIB no Brasil*, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <http://carreiras.folha.blog.uol.com.br/arch2010-09-05_2010-09-11.html>. Acesso em 18 mar. 2013.

GALAY, K. *Time Use and Happiness*. In: THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão, 2009a. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Time-Use-and-Balance.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

GALAY, K. *Standard of Living and Happiness*. In: THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão, 2009b. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Living-Standard.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

GUNDERSON, L. H. *Ecological resilience - in theory and application*. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v.31, p. 425-439, nov. 2000.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. *Análise Multivariada de Dados*, 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAYDEN, A. Bhutan: *Blazing a Trail to a Post growth Future? Or Stepping on the Treadmill of Production?* *The Journal of Environment & Development*, v. 24, n. 2, p.161-186, 2015.

HEEKS, R. Information technology and gross national happiness. *Communications of the ACM*, v. 55, n. 4, p. 24-26, 2012.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. *Ambiente e Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 77-99, 1998.

HIRATA, J. Putting Gross National Happiness in the service of good development. *Journal of Bhutan Studies*, v. 9, p. 99-139, 2003.

HOELLERER, N. I. J. *The use of qualitative and ethnographic research to enhance the measurement and operationalization of Gross National Happiness*. *Journal of Bhutan Studies*, v. 23, n.2, p.26-54, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD 2011: *crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais baixas*, set. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=222&id_pagina=1>. Acesso em: 19 mar. 2013.

LEAMER, E. *Macroeconomic Patterns and Stories: A Guide for MBAs*. New York: Springer Publications, 2009.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. ed Porto Alegre, RS: Bookman, p. 720, 2006.

MANCALL, M. *Gross National Happiness and Development: An Essay*. In: URA, K.; GALAY, K. (Eds.). *Gross national happiness and Development*. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2004. Disponível em: <<http://www.bhutanstudies.org.bt/pubFiles/Gnh%26dev-1.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Haciaun sistema de estadísticas sociales y demograficas*. Nova York: ONU, 1975.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Carta de Ottawa*. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa, Canadá, nov. 1986.

PARKER, E. *Lessons in Gross National Happiness*. The wall street journal, 2008. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB122722856525546347.html>>. Acesso em 18 mar. 2013.

PENNOCK, M.; URA, D. K. Gross national happiness as a framework for health impact assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, v.31, n.1, p.61-65, 2011.

PRIESNER, S. *Gross National Happiness – Bhutan’s Vision of Development and its Challenges*. In: KINGA, S.; GALAY, K.; RAPTEN, P.; PAIN, A. (Eds.). *The Gross National Happiness: A set of discussion papers*. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 1999. Disponível em: http://www.bhutan2008.bt/ndlb/typescripts/10/GNH_Ch3_Priesner.pdf. Acesso em: 17 mar. 2013.

RAPTEN, P. *Good Governance and Gross National Happiness*. In: THE CENTRE FOR BHUTAN STUDIES. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão, 2009. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Good-Governance1.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

RODRIGO-MARTINEZ, S.; MAMED, D. O. A Construção Sustentável das Políticas Públicas a Partir Do Fib (Índice De Felicidade Bruta). *Revista Direito a Sustentabilidade*, v. 1, n. 1, 2014.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 7. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTAGADA, S. *Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica*. *Pensamento Plural*, n. 1, p. 113-142, 2014.

SCHROEDER, R.; SCHROEDER, K. Happy Environments: Bhutan, Interdependence and the West. *Sustainability*, v. 6, n. 6, p. 3521-3533, 2014.

TIDEMAN, S. G. *Gross National Happiness: Towards a New Paradigm in Economics*. In: URA, K.; GALAY, K. (Eds.). *Gross National Happiness and Development*. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2004. Disponível em:

<<http://www.bhutanstudies.org.bt/pubFiles/Gnh&dev-10.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

TOBGAY, T.; DOPHU, U.; TORRES, C.E.; NA-BANGCHANG, K. Health and Gross National Happiness: review of current status in Bhutan. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, n. 4, p.293-298, ago. 2011. Disponível em:<<http://www.dovepress.com/health-and-gross-national-happiness-review-of-current-status-in-bhutan-peer-reviewed-article-JMDH>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

TOBGAY, T.; DORJI, T.; PELZOM, D.; GIBBONS, R. V. Progress and delivery of health care in Bhutan, the land of the thunder dragon and gross national happiness. *Tropical Medicine & International Health*.16, n.6, p. 731-736, 2011.

TURISCO, F. L.;KIRSCHNER, A. M. *A sociologia da empresa e o fib empresarial*. *Revista Gestão Organizacional*, v.4, n.2, p.155-163, 2011.

URA, D. K.; ALKIRE, S.; ZANGMO, T. *The Gross National Happiness Index of Bhutan: Method and Illustrative Results*, 2011. The Centre for BhutanStudies. Disponível em: <<http://www.oecd.org/site/ssfc2011/48920513.pdf>> . Acesso em: 18 mar. 2013.

URA, D. K. *Gross National Happiness as a Larger Context for Healing and Global Change*. The Centre for BhutanStudies. Disponível em:<<http://www.oecd.org/site/progresskorea/44120751.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

URA, D. K.; ALKIRE, S.; ZANGMO, T. WANGDI, K. *An Extensive Analysis of GNH Index*. The Centre for Bhutan Studies, 2012. Disponível em: <http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/10/An%20Extensive%20Analysis%20of%20GNH%20Index.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2013.

WANG, N.; KOSINSKI, M.; STILLWELL, D.; RUST, J. Can well-being be measured using Facebook status updates? Validation of Facebook's Gross National Happiness Index. *Social Indicators Research*, v. 115, n. 1, p. 483-491, 2014.

WANGCHUK, P.; TOBGAY, T. Contributions of medicinal plants to the Gross National Happiness and Biodiscovery in Bhutan. *Journal of ethnobiology and ethnomedicine*, v.11, n.1, p. 48, 2015.

WANGDI, K. *Health*. In: The Centre for Bhutan Studies. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2009a. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Health.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

WANGDI, K. *Health. Education*. In: The Centre for Bhutan Studies. *Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008*. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2009b. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Education.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

ZAMONER, C. *Estado de Felicidade eo Estado da Felicidade*. *Revista de Direito REUNA*, Belo Horizonte - MG, Brasil, v.20, n.3, p. 83-108, Jul. - Set. 2015 - ISSN 2179-8834

Público da Procuradoria-Geral do Município de Londrina, v.1, n.1, p. 57-63, 2012.

ZANGMO, T. *Psychological Well-being*. In: The Centre for Bhutan Studies. Gross National Happiness Survey Findings, 2007-2008. Thimphu, Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2009. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Psychological-Wellbing.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ZURICK, D. Gross National Happiness and Environmental Status in Bhutan. *Geographical Review*, v. 96, n.4, p. 657-681, 2006.

una

O MELHOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO
PRIVADO DE BH
Fonte: MEC



PELO 3º ANO CONSECUTIVO UM DOS
100 MELHORES LUGARES PARA
TRABALHAR NO BRASIL.